

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



LICENÇA PRÉVIA Nº 006/2010

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei nº 5.793 de 28/07/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução nº 179, de 26 de fevereiro de 2008 e com base nos autos do processo administrativo nº 009/2008, expede a presente **LICENÇA PRÉVIA** que autoriza o:

EMPREENDIMENTO: Conjunto Residencial Santa Tereza.

ENDEREÇO: Avenida Engº Heitor Amaro Barcelos s/nº-Vila Santa Tereza.

a promover a operação relativa à atividade de: Condomínio residencial, com área de 4,48 ha, com previsão de 266 (duzentas e sessenta e seis) unidades residenciais para ocupação unifamiliar.

Com as seguintes condições e restrições:

1-esta Licença revoga a Licença Prévia nº 010/2009;

2- deverá ser implantada rede coletora de esgotos;

3-o projeto do sistema de coleta de esgoto deve ser encaminhado à Corsan, em conjunto com o projeto de abastecimento de água;

4-o empreendimento deverá remover a borra de petróleo depositada diretamente no solo, identificar e acondicionar a mesma observando a NBR 12.235, da ABNT, até posterior destinação final. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente deverá ser comunicada, com antecedência, da data de remoção do resíduo sólido industrial com a finalidade de acompanhar o processo;

5-deverá ser avaliada a qualidade do solo e da água subterrânea nas seguintes áreas: a) depósito da borra de petróleo no solo; b) dos antigos tanques (três) de estocagem de petróleo, conforme se evidencia na imagem aérea apresentada. Os parâmetros investigados deverão ser: BTEX (Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno), PAHs (Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos) e TPH (Hidrocarbonetos Totais de Petróleo).

Com vista à obtenção da LICENÇA DE INSTALAÇÃO, o empreendedor deverá apresentar:

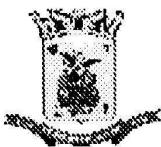
1 - Requerimento solicitando a Licença de Instalação;

2 – projeto urbanístico contendo o quadro completo das áreas;

3 – planta de localização da futura rede de esgoto da Corsan, a ser implantada no Bairro Santa Tereza;

4 – atestado de viabilidade técnica de abastecimento de água da Corsan, quando da entrega do empreendimento;

5 – projeto do sistema de esgotos domésticos incluindo coleta e interligação na rede pública,



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



aprovado pela Corsan;

6 – projeto do sistema de drenagem pluvial do empreendimento;

7 – projeto de paisagismo e arborização para o condomínio, contemplando espécies nativas de vegetação típicas dos habitats da região, conforme o Plano de Controle Ambiental apresentado à SMMA;

8 – cronograma físico de implantação do empreendimento;

9 – anotação de responsabilidade técnica (ART) dos responsáveis pelos projetos.

Havendo alteração nos atos constitutivos do empreendimento, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.

Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença só é válida para as condições contidas acima e até **03/12/2011**.

Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria.

Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Rio Grande, 03 de dezembro de 2010.


Bel. Dir. Mara Núbia Cozar de Oliveira
Secretária Municipal do Meio Ambiente